

# Excesso de gastos impede que relatores fechem substitutivo

Janio de Freitas

## O indefinido assim ficará

A Constituinte foi vitimada por duradoura ofensiva de críticas que, até há pouco, não lhe pouparam acusações de morosidade, desordem, contradição, excesso de emendas e o que mais podia ser objeto de ataque fácil. Nesta ofensiva, não se considerou que as subcomissões e comissões, trabalhando muitas vezes com temas correlatos, podiam perfeitamente contradizer-se uma às outras; a grande quantidade de propostas e emendas não era em si negativa, mas indicio de participação; o conflito de interesses era natural, sobretudo com tão grande contingente de constituintes eleitos pelo poder econômico, e assim por diante.

Como os períodos precedentes, e tão criticados, desaguarão onde deviam, que é o encaminhamento de soluções conciliatórias e, ainda por cima, nos prazos previstos, hoje está difundida a idéia de que a Constituinte, enfim, começa a existir e a prometer. Perduram, no entanto, alguns resíduos da ofensiva a todo preço.

Qualquer comentário sobre os trabalhos da Constituinte cai, infelizmente, no número de artigos da nova Constituição. Baixou sobre todos uma espécie de obsessão aritmética. E tome então, para evitar mais críticas, de cortar a granel, despachando o máximo possível para a posterior regulamentação dos dispositivos constitucionais ou para a legislação ordinária.

Ainda não se exibiram argumentos convincentes contra maior número de artigos na Constituição. Mas contra a transferência de definições importantes, no texto constitucional para a regulamentação, há argumento histórico irrespondível: ao ser fulminada pelo regime militar, a Constituição de 46 caminhava para a terceira década de existência e vasta quantidade dos seus dispositivos continuava no limbo, por falta de regulamentação.

E o que os pressionadores e os parlamentares intimidados tentam reproduzir.

### Prioridade ao social

Os governadores do PMDB, com exceção de Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco, não têm recebido do governo federal os apoios financeiros de que necessitam para cumprir seus programas de peemedebistas. São todos, como não se cansam de dizer, muito preocupados

com as carências das grandes massas deixadas à margem do desenvolvimento. Mas, como o governo federal é também PMDB ou o PMDB é governo federal, a consciência partidária (expressão que, traduzida, em geral significa projeto pessoal) impede os governadores de investir sobre o governo em busca de recursos para atenuar as carências urgentes. Portadores da verdadeira prioridade ao social, porém, não ficarão sem os recursos: juntos, resolveram investir sobre os carentes, autorizando seus secretários de Fazenda a aumentar o ICM sobre produtos como leite, carne, peixes, verduras e legumes — e outros que caracterizam a carência dos que ficaram à margem do desenvolvimento.

Mas os discursos, podemos ficar tranquilos, continuarão os mesmos.

### Empreitada vã

Um grupo de empresários que mantém, com gente do governo, transações daquelas, viveu há pouco tempo, e talvez sem o saber até hoje, um episódio que a todos eles teria levado ao pânico, se o tivessem pelos menos percebido.

Sabe-se lá por que, os empresários do grupo resolveram reunir-se em um apartamento não ocupado, no Rio, de propriedade de um deles. Cautelas, provavelmente, requeridas pelo assunto a ser tratado. Mas, na mesma hora, policiais andavam nas imediações na tentativa de localizar certo vendedor de droga. Na procura de pistas, indaga daqui e dali, obtiveram indicações de presenças estranhas no tal prédio e, claro, partiram logo para a empreitada do presumido flagrante.

Imagina estes empresários, habituados a tratar com altos escalões do governo, em torno de somas fabulosas, de repente surpreendidos por uma porta arrombada a pontapé e, sob as miras e as delicadezas próprias de policiais, submetidos à procura de droga. Até provarem que seu negócio é outro, embora com lances não mais confessáveis do que o negócio do verdadeiro procurado, os empresários experimentarão o que nunca imaginaram.

Mas de nada se deram conta. Salvou-os uma pessoa com autoridade bastante para conter policiais e que estava nas redondezas em missão interessante: evitar que os segredos conversados pelos empresários ficassem só entre eles.

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O núcleo de relatores da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte não conseguiu ontem fechar as contas da futura Constituição e, por isso, aceitou a proposta de adiar para amanhã a reunião prevista para hoje, com todas as lideranças partidárias, na qual será apresentado o substitutivo que é o esqueleto básico da nova Carta constitucional. Por um motivo simples: relatores e assessores gastaram ontem inutilmente o seu tempo na tentativa de podar o excesso de propos-



tas que concedem benefícios a incontáveis setores sociais e institucionais, para cujo atendimento "seriam necessários dois PIBs [Produto Interno Bruto]", no dizer do deputado José Serra (PMDB-SP), 45. O que "gera o risco de tornar o país ingovernável", ainda segundo Serra.

O pedido partiu do presidente interino da República e presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele sugeriu o adiamento porque quer estar presente à reunião e amanhã já estará livre da interinidade na Presidência.

### Seguridade Social

O nó principal sobre o qual se debruçavam ontem o relator da Comissão, Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, de centro, seus relatores-adjuntos e os

assessores, era o da seguridade social. Ocorre que o texto inicialmente preparado pela Sistematização, com base nos trabalhos de comissões e subcomissões, universaliza o atendimento médico e previdenciário a todos os brasileiros, sejam ou não contribuintes. "Essa universalização pode ser justa e correta, mas é preciso encontrar os meios financeiros para atendê-la", diz Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses.

O senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), 48, centro-esquerda, relator-adjunto, confirma a natureza das dificuldades do momento na Comissão: "Ao contrário da reforma agrária, área em que os conflitos estão definidos e mapeados, na seguridade social não há parâmetros para que se possa pisar com segurança".

E a universalização do atendimento

médico, sem recursos para de fato colocá-la em prática, não é um exemplo isolado: a proposta que passou pelas comissões aumenta de meio para um salário mínimo o valor da aposentadoria mínima a que têm direito todos os trabalhadores e é evidente que a Previdência Social não tem recursos para cobrir esse aumento. Na prática, não tem tido verbas sequer para pagar meio salário mínimo.

Para agravar o quadro, "a sociedade demonstra que não está disposta a pagar mais impostos", afirma Serra.

No início da noite os relatores chegaram a um acordo: haverá cortes em inúmeros benefícios e se derruba a proposta de folha única para a seguridade social. Com isso, sobreviverão o Sesc, o Senac e o salário-educação.

## Sistematização procura diminuir os benefícios

O que se fez até agora foi mais enxugar o texto original (que tinha 496 artigos) e eliminar o clima de tirotole que se registrou na primeira fase de funcionamento do Congresso constituinte.

### "Clima de confronto"

Esse é o verdadeiro mérito dos trabalhos da Sistematização, reconhecido à direita e à esquerda. "Pelo menos, eliminou-se o clima de confronto", diz Roberto Freire (PE), 45, líder do PCB na Câmara. Concorda Guilherme Afif Domingos (PL-SP), 43, centro-direita: "Reduziram-se ao mínimo possível as questões sobre as quais não haverá consenso".

Ainda assim, a guerra em plenário será intensa, particularmente em torno de três temas: reforma agrária, sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e mandato do presidente José Sarney.

Além da seguridade social, entretanto, há outras despesas que se criam ou vinculções que se tornariam obrigatórias: só para a criação dos seis novos Estados, proposta nas comissões, a União gastaria 6% de sua receita (um por cento para cada Estado). E há vinculções obrigatórias de verbas para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Judiciário etc.

O Judiciário, por exemplo, além de ganhar autonomia financeira e orçamentária, o que triplicaria as verbas atualmente a seu dispor, exige que 30% dos recursos a ele destinados sejam obrigatoriamente vinculados à modernização do sistema de administração da Justiça no país.

Desbastar toda essa floresta de benefícios é a essência do trabalho da Sistematização, na véspera da apresentação de seu substitutivo às lideranças (amanhã) e ao próprio plenário (dia 23).

## PT usará pedidos de destaque para derrubar acordo

Do enviado especial a Brasília

Está definida a tática do PT para inviabilizar o que o deputado José Genoíno (PT-SP), 41, chama de "acordão", ou seja, o entendimento entre os diferentes grupos suprapartidários para superar os principais pontos de conflito no Congresso constituinte. O PT apresentará uma série de emendas já no plenário da Comissão de Sistematização e já esperando a derrota, em função do "acordão", pedirá destaque para essas mesmas emendas no momento em que o substitutivo da Sistematização chegar ao plenário do Congresso constituinte.

Com 35 assinaturas, é possível pedir destaque (votação em separado de itens destacados de um projeto). Somando suas forças a outros grupos de esquerda (PDT, PCB, PC do B e o "Movimento de Unidade Progressista", grupo formado por integrantes da esquerda do PMDB), o PT terá condições de solicitar bom número de destaques.

### Emperrar votações

O objetivo não é, exatamente, o de ganhar as votações, mas emperrá-las de tal forma, pelo acúmulo de destaques, que o mecanismo funcione como "pressão para que nossas propostas sejam incorporadas ao texto. Do contrário, o que passar no plenário só se mudará com 280 votos, número que é quase impossível conseguir", disse Genoíno. (CR)

### Dropes

Uruguai - A chancelaria uruguia anunciou ontem que criará mais um consulado no Brasil, em Santa Catarina, e Carlos Busqueta será o cônsul-geral da representação.

Liberalismo - A Sociedade Tocqueville e a Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie realizam, nos dias 28 e 29, o seminário "Perspectivas do Liberalismo no Brasil".

Visita - O presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro, convidou o presidente José Sarney a fazer uma visita oficial a seu país em dezembro.



O presidente interino Ulysses Guimarães recebe a proposta no Palácio do Planalto

## OAB leva a Ulysses proposta de reforma do Judiciário

Do enviado especial a Brasília

O presidente interino da República, Ulysses Guimarães, recebeu ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, uma proposta para a reforma do Poder Judiciário, no bojo da Constituição em elaboração. A proposta — tal como a Folha havia antecipado na semana passada — transforma o Supremo Tribunal Federal em Corte Constitucional, com dezesseis ministros. Os onze juízes que compõem atualmente o STF passarão para a nova Corte com a vitaliciedade de que desfrutam hoje, mas os cinco novos membros teriam mandato por tempo determinado (oito anos, na proposta da OAB). À medida que os onze juízes forem se aposentando ou morrendo, os seus substitutos ficarão com o mandato pré-estabelecido e não com a vitaliciedade.

A proposta, assinada por Márcio

### Ulysses vê tendência para parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reconheceu que o parlamentarismo predomina hoje no Congresso constituinte, mas espera que uma ação dos governadores venha reforçar a tese presidencialista que ele defende. O comentário foi feito ontem a uma delegação do PMDB de Rio Claro (175 km a noroeste de São Paulo), onde nasceu, e revelado pelo prefeito da cidade, Kal Machado. No seu penúltimo dia como presidente interino, Ulysses recebeu parlamentares, prefeitos e vereadores.

Ulysses disse também ter verificado uma tendência pelo sistema eleitoral misto na nova Constituição. Há meses atrás, ele não teria dúvidas de que o sistema distrital puro passaria, segundo Kal Machado.

### Constituinte debate a reforma urbana

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte debateu ontem, em sessão extraordinária, com a presença de 37 dos 559 constituintes, o tema "Reforma Urbana". Os cinco primeiros debatedores, que falaram até as 21h, condenaram a especulação imobiliária e defenderam a reforma urbana. Roberto Freire (PCB-PE), esquerda, disse que, ao se discutir a reforma urbana, deve-se ao mesmo tempo "discutir a sociedade, o processo de industrialização e o capitalismo".

O primeiro orador, Joaquim Beviláqua (PTB-SP), centro, disse que "a área ociosa em São Paulo é de 45%, o que configura a grande especulação imobiliária". Segundo ele, o aumento dos terrenos e imóveis urbanos foi de mais de mil por cento em relação à caderneta de poupança, em 1985.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
52 Congresso constituinte	507
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
23 Assembléia Legislativa	61
17 Câmara Municipal	16